

Plataformas e Aplicativos Sociais

Cidadania Participativa e Inclusão Social através das Mídias Digitais

Airton José de Freitas Júnior¹

Eduardo Cardoso Braga²

¹Estudante do Curso de Audiovisual; Bolsista do CNPq;

²Professor Doutor do Centro Universitário Senac

Linha de Pesquisa: Comunicação

Projeto: Novas mídias, ética e práticas comunicativas: desenvolvimento de uma fundamentação teórica para uma ética aplicada à comunicação

{guitairton@hotmail.com; eduardo.cbraga@sp.senac.br}

Resumo. Mapeamos e selecionamos plataformas e aplicativos cujo objetivo é a promoção da cidadania e inclusão digital. Analisamos esses produtos e seus efeitos práticos no contexto e objetivos a que se propuseram. Concluímos com uma visão crítica, a qual revela os limites e as possibilidades acerca das recentes relações e ressignificações que surgiram na intersecção do espaço físico com as possibilidades informacionais das novas mídias. Esse terceiro espaço, conhecido como “espaço informacional” é um campo importante para se explorar as futuras possibilidades da construção de relações sociais de natureza mais participativa, justa e multicultural.

Palavras-chave: Cidadania; Inclusão Social; Mídias Digitais; Plataformas; Aplicativos.

Abstract. *Mapped and selected platforms and applications aimed at the promotion of citizenship and digital inclusion. We analyze these products and their practical effects in the context and objectives that have been proposed. We conclude with a critical view, which reveals the limits and possibilities about recent relationships and new meanings that emerged at the intersection of physical space with the informational possibilities of new media. This third area, known as “information space” is an important field to explore the future possibilities of building social relations more participate nature, just and multicultural.*

Key words: *Citizenship; Social Inclusion; Digital Media; Platforms; Applications.*

Iniciação - Revista de Iniciação Científica, Tecnológica e Artística

Edição Temática em Comunicação, Arquitetura e Design

Vol. 6 nº 2 – novembro, São Paulo: Centro Universitário Senac

ISSN 2179-474X

Portal da revista: <http://www1.sp.senac.br/hotsites/blogs/revistainiciacao/>

E-mail: revistaic@sp.senac.br

Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição-Não Comercial-SemDerivações 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/)

[Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/) 

1. Introdução

As conseqüentes relações entre sociedade e tecnologia refletem e dialogam em respectivas transformações que surgem e modificam as plataformas de comunicação social. É evidente também que existem determinações oriundas de outras forças, com caráter político e econômico, que as utilizam para além do espaço que compreende a comunicação informal. Entretanto, o estudo das tecnologias torna-se importante para compreender os efeitos e as transformações perceptivas e valorativas dos agrupamentos sociais, submetidos à sua presença, principalmente nestas recentes ambientações tecnológicas-digitais.

Os aplicativos, junto com outras plataformas, são grandes incentivadores e promotores da redefinição dos locais, dos processos comunicacionais e sociais que se instauram na sociedade contemporânea. Alguns atuam diretamente em questões levantadas nesta pesquisa, tais como, inclusão social e cidadania participativa, e serão analisados adiante com finalidade reflexiva, informativa e crítica.

2. Objeto da pesquisa

Plataformas e Aplicativos Sociais e seus efeitos enquanto promotores de inclusão, participação qualificada e cidadania. Atuais limites e futuras possibilidades dos espaços informacionais constroem relações sociais e políticas com foco na cidadania participativa, justiça social e inclusão para uma sociedade multicultural.

3. Metodologia

Análise de textos fundamentais nos quais se desenvolve os conceitos contemporâneos de cidadania e espaço informacional, o qual é um terceiro modo das informações estarem sendo veiculadas entre o espaço físico e o completamente virtual. Mapeamento das plataformas e aplicativos que exploram esse espaço com o objetivo de promoverem a cidadania participativa e a inclusão social. Análise desses produtos por meio de contato com criadores, gestores e usuários na forma de entrevistas e questionários. Experimentação dos produtos e análise crítica segundo

Iniciação - Revista de Iniciação Científica, Tecnológica e Artística - Vol. 6 nº 2 - novembro de 2016

Edição Temática em Comunicação, Arquitetura e Design

o método fenomenológico, ou seja, descrever e analisar os fenômenos das experiências enquanto processos da consciência, os quais devem ser estudados em si mesmos. Concluir de forma crítica sobre os limites atuais e possibilidades futuras de tais produtos e seus objetivos sociais.

4. Cidadania: Direitos e Deveres

Para iniciar o embasamento crítico e reflexivo da cidadania, podemos entendê-la como a força que garante a legitimidade de um indivíduo pertencer a um determinado local geográfico, como por exemplo, um país. Este local para que compreenda as noções de nação deve ser articulado por constituições e assegurar o exercício dos direitos e deveres civis por sua população.

O primeiro aspecto a ser levantado, portanto, diz respeito ao reconhecimento da essência social que se manifesta nos grupos humanos. Cabe neste ponto destacar que os primórdios da comunicação tiveram início por uma necessidade de sobrevivência da espécie. Apesar de no período pré-histórico não existir noção de sociedade, cidadania, direito ou qualquer outro pensamento com a finalidade exclusiva de ordem/organização social, é notável, por mais que instintivamente, a formação de grupos com interesses em comuns, estabelecendo, portanto, noção de cooperação e interação.

Percebe-se que no decorrer da construção histórica/social humana a comunicação é um dos elementos fundamentais para que posteriormente fosse possível discutir noções que garantissem a legitimidade de um indivíduo como ser social, e que, portanto, assumiria e exerceria seus direitos como cidadão. Neste aspecto muito se discute sobre a igualdade entre os indivíduos. Vaz (2003, p. 1) complementa “... os direitos de cidadania não são exclusivos de um determinado grupo social, mas pertencem a qualquer cidadão, não se podendo colocar obstáculos fundados em bases étnicas, culturais, religiosas, de gênero ou de nacionalidade” .

De acordo com Marshall (1967), para que o exercício da cidadania seja adequado são necessários instrumentos que viabilize e garanta sua promoção. Vaz, (2003, p. 2) com embasamento crítico em formulações do mesmo afirma que “Dentro desta visão, o Estado assume um papel determinante na realização dos

Iniciação - Revista de Iniciação Científica, Tecnológica e Artística - Vol. 6 nº 2 - novembro de 2016

Edição Temática em Comunicação, Arquitetura e Design

direitos de cidadania. Assim, os direitos de cidadania só podem existir quando o Estado valida as normas de cidadania e adota medidas para implementá-las” .

Ainda utilizando os pensamentos do sociólogo britânico, Marshall divide os conceitos de cidadania em três elementos básicos: civil, político e social. Respectivamente, o primeiro está vinculado às liberdades individuais, o segundo diz respeito à participação do cidadão no exercício político como um direito e por último, a questão social, engloba o direito de pertencer à sociedade em modos minimamente dignos, pensando questões, por exemplo, de segurança e condições de vida (relaciona-se com o bem-estar econômico).

É importante assinalar que o ato de se comunicar é um direito fundamental e considerado como necessidade primária. Segundo Alba (2006), esta conscientização torna possível o exercício dos demais direitos humanos fundamentais para a efetivação da democracia.

Segundo Alba (2006, p.2), desenvolvendo pensamento de Marilena Chauí (2006), a democracia de origem grega instituiu três direitos fundamentais que definem o cidadão: liberdade, igualdade e participação no poder. Assim, o que define a sociedade democrática é a instituição do direito.

Partindo do pressuposto da execução e disseminação da democracia, podemos compreender nos meios de comunicação, enquanto produtores e promotores da informação, uma forte influência na execução deste exercício. A conjugação do verbo “poder” é relativa, visto que sua prática não se comporta como regra e/ou direito assegurado ao cidadão, e sim como uma possibilidade capaz de atuar em práticas de caráter social. Há ainda hoje casos em que o simples direito de se comunicar informalmente é violado. Pode-se observar com frequência este tipo de situação em países opressores, que não asseguram a igualdade entre todos os indivíduos e estabelece um regime político de segregação, escolhendo quem, como, onde e o que deve ser veiculado, comunicado. Com maior frequência, mulheres são as maiores vítimas desta banalização que viola o direito fundamental e inerente ao ser humano de se comunicar. Ter voz e conseguir ser ouvido, em tais circunstâncias, torna-se uma tarefa extremamente difícil, já que tal ato é impedido pela imposição de diversas barreiras comunicacionais.

Pensando, por exemplo, nos meios de comunicação de massa, como rádio e televisão, é possível observar um fluxograma de informação que rompe com o

papel do indivíduo ativo e participativo. Os produtos gerados por esses meios são homogêneos, o que significa que a mesma mensagem será vista por todos e de caráter massivo, ou seja, voltadas para atingir o maior número de pessoas possíveis. Analisando o caminho da mensagem, pode-se observar que há uma problematização na comunicação, visto que a mensagem emitida é recebida, mas impedida de voltar, logo o fluxo é interrompido. Forma-se um circuito fechado, onde somente um canal é produtor de conteúdo. O poder da mensagem concentra-se na mão de poucos e impossibilita o direito de comunicação para a maior parte das pessoas através destes meios.

Em contrapartida, as mídias digitais proporcionaram uma redefinição dos espaços, processos comunicacionais e de socialização. A informação neste meio tem a possibilidade de circular livremente, o fluxograma é imprevisível, todos podem ser produtores e receptores de mensagem. Logo, estabelece-se um novo protótipo de comunicação, onde a troca de informação pode ser obtida a uma velocidade muito rápida, sem a necessidade da mobilidade física. A ágora eletrônica permitiu maior dinamismo no processo comunicacional. O conteúdo pertencente ao privado ganha maior visibilidade, ao mesmo passo em que a esfera pública pode ser amplamente difundida e discutida, expandindo a interação social. Com a multiterritorialidade é possível alojar uma variedade de informação, estas dispostas em diversos nós que se cruzam hora ou outra na rede, gerando um fenômeno de democratização na criação e consumo de conteúdo.

Por outras palavras, enquanto a comunicação interpessoal é uma relação privada, formada pelos actores da interacção, os sistemas de comunicação mediáticos criam os relacionamentos entre instituições e organizações da sociedade e as pessoas no seu conjunto, não enquanto indivíduos, mas como receptores colectivos de informação, mesmo quando a informação final é processada por cada indivíduo de acordo com as suas próprias características pessoais. (CASTELLS, 2005, pg. 23).

Embora a Internet seja hoje a maior promotora do dinamismo em fluxo aberto no processo comunicativo, vale ressaltar que ainda não está disponível para todos os indivíduos. Muitas vezes o serviço da mesma é precário, outras tem seu acesso controlado por órgãos governamentais e em casos mais extremos é inexistente. Esta situação descrita foi explorada como forma narrativa no jogo *On the Ground Reporter: Darfur*¹. É interessante refletir a proposição que CASTELLS

1 O jogo estabelece relação entre mundo real e digital através da narrativa que explora fotografias e vídeos capturados por jornalistas em Darfur. Estas informações foto-jornalísticas vão sendo coletadas no decorrer do jogo e apresentam informações sobre as causas de hostilidade no Oeste do Sudão.

Iniciação - Revista de Iniciação Científica, Tecnológica e Artística - Vol. 6 nº 2 - novembro de 2016

Edição Temática em Comunicação, Arquitetura e Design

faz sobre a sociedade contemporânea, pois assim como a energia e máquinas a vapor eram para a sociedade industrial do século XVIII a matriz da evolução e progresso, as redes de comunicação digital são a coluna vertebral da atual organização social, desenvolvendo-se de formas particulares e distintas uma das outras, conforme a cultura, trajetória e preparo histórico/social. Apesar das diferenças, é válido colocar que os pressupostos avanços tecnológicos partilham de alguma característica, ideologia e/ou organização em comum. À partir disto emergem categorizações como "globalização", que justifica este processo comunicacional que transcende barreiras físicas e desenvolve-se sobre perspectiva de atingir todos os países do planeta, promovendo inter-relações entre os usuários. Porém, vale enfatizar que as redes, segundo o autor, podem adquirir um caráter seletivo, promovendo ou não a comunicação.

Tais relações implicam diretamente no exercício da cidadania e em problematizações de caráter social. Vaz (2003, p. 3) diz que: "A informação tem adquirido um renovado valor que, segundo o acesso que se tenha a ela, pode significar integração ou dominação, oportunidade ou marginalidade".

5. Sociedade em Rede: Resignificação Geográfica e Social

As consequentes relações entre sociedade e tecnologia refletem e dialogam em respectivas transformações que surgem e modificam a plataforma social (VIRILIO, 1993). É evidente também que existem determinações oriundas de outras forças, com caráter político e econômico, que a utilizam para além do espaço que compreende a comunicação informal. Entretanto, o estudo das tecnologias torna-se importante para compreender os efeitos e as transformações perceptivas e valorativas dos agrupamentos sociais, submetidos à sua presença, principalmente nestas recentes ambientações tecnológicas-digitais.

Em decorrência das noções que foram discorridas sobre o espaço físico e como o mesmo influencia e assegura o papel do indivíduo cidadão, é preciso antes de estudar e aprofundar as perspectivas da rede, entender como a mesma (re) define, (re) apropria e (re) modela o espaço e sua interação com o meio social pós-moderno. Partindo de formulações de (HAESBAERT, 2004) este novo espaço que se institui é o espaço da multiterritorialidade, caracterizado pela possibilidade de transitar por diversos territórios distintos do nosso sem a necessidade da mobilidade física. O dinamismo temporal também é afetado à medida que as

informações dispostas em rede podem alcançar um grande número de pessoas em pouco tempo. As respectivas trocas de conteúdo e a possibilidade de levá-los para um novo local, que não é mais aquele geográfico restrito por limites e constituições que o tornam um país, e sim para um ambiente descentralizado em que todos com acesso à rede podem intervir, promovem a configuração de uma nova sociedade, que através dos meios digitais podem reconfigurar o espaço físico. Trata-se, portanto, de uma hibridização entre os espaços virtuais e sua relação com o espaço urbano. Segundo Lévy (2003; 2012), o novo espaço nômade não é o território geográfico, nem as instituições ou funções dos Estados, mas um espaço outro, híbrido entre os dois citados. Espaço do conhecimento que se apresenta como dinâmico, vivo e pertencente a uma humanidade que se inventa permanentemente e produz o seu próprio mundo.

É interessante destacar um novo agrupamento e interação social que surge na pós-modernidade. À medida que o indivíduo tem seus anseios valorizados e destacados é possível que através da mediação do computador conectado em rede outras pessoas com vontades em comum se aproximem, construindo nós de comunicação que se desenvolvem de forma fluída e instantânea. Neste ponto, Maffesoli (1992) defende a ideia de que atualmente o objeto, pertencente ao coletivo "nós", toma lugar do sujeito "eu". Estas interações sociais são potencializadas por novas tecnologias e constroem na sociedade contemporânea novas tribos e/ou grupos virtuais.

As tecnologias móveis em associação com a internet alteraram a forma participativa de transmitir e receber informações. Com recursos presentes em um celular, como por exemplo, câmera fotográfica, filmadora, gravador de voz, entre outros, o cidadão pode ser emissor de conteúdos que por sua vez serão compartilhados na Web. Este é o conceito do jornalismo cidadão, que descentraliza das grandes mídias a capacidade de informar e propõe a todos a capacidade de registro e transmissão de dados. Se antes o ciberespaço era um ambiente que promovia a comunicação, porém de forma desterritorializada, com os novos aparatos sem fio e por sua capacidade de mobilidade essas práticas sociais passam a intervir e ocupar o espaço físico, alternando entre sua esfera privada e pública.

É justamente este ambiente híbrido, que compreende uma zona de intersecção entre espaço físico e eletrônico, que André Lemos chama de *Território Informacional*. Neste sentido, para promover o cenário descrito acima algumas

ferramentas são necessárias, tais como: Pontos de Wifi Livre², Dispositivos Móveis com acesso à Internet e o Espaço Físico³ que agregará estes elementos e será alvo da (re)apropriação.

Os aplicativos, junto com outras plataformas digitais, são grandes incentivadores e promotores do processo de redefinição dos locais, dos processos comunicacionais e sociais que se instauram na sociedade contemporânea. Alguns atuam diretamente em questões levantadas nesta pesquisa, tais como, inclusão social e cidadania participativa, e serão analisados adiante com finalidade reflexiva, informativa e crítica.

6. Plataformas e Aplicativos Sociais

Hand Talk – Perspectiva Global

Eleito pela ONU o melhor aplicativo social do mundo tem como objetivo promover a inclusão para portadores de deficiência auditiva. Através de um boneco em 3D, textos e áudio são convertidos para Libras, língua Brasileira de sinais. Visto que muitos deficientes auditivos não entendem a língua escrita e falada, o aplicativo visa estimular a atividade comunicacional. Desta forma, as impossibilidades físicas para o acesso à informação podem ser supridas. Assegurar a comunicação para todos os indivíduos é assegurar um direito fundamental humano, é promover a democracia e inclusão social.

Durante a experimentação alguns problemas foram detectados. O aplicativo quando não conectado à internet usa datilografia para traduzir, o que em certo ponto limita o usuário quando não conectado. A tradução por foto não funcionou em diversos testes realizados, assim como a extensão da plataforma para web. Em contrapartida, a função de texto funciona muito bem, mesmo em outro idioma, como por exemplo, inglês. A função voz funciona bem, porém as frases não podem ser longas. Não houve resposta dos desenvolvedores sobre os problemas citados.

Colab.Re – Perspectiva Federal

O aplicativo tem como objetivo promover o monitoramento das cidades, promovendo um elo comunicacional entre poder público e sociedade. Neste sentido,

2 O projeto Wifi Livre SP promove atualmente o acesso gratuito à Internet em 120 espaços públicos.

3 Movimentos como "A Batata Precisa de Você" e "Wikipraça" promovem, a partir da Internet, encontros em praças e espaços públicos visando discutir possíveis melhorias na região, aproveitamento do espaço urbano e disseminação cultural.

Iniciação - Revista de Iniciação Científica, Tecnológica e Artística - Vol. 6 nº 2 - novembro de 2016

Edição Temática em Comunicação, Arquitetura e Design

através de fotos, usuários podem relatar problemas e compartilhá-los com outras pessoas, propor projetos para melhoria e aproveitamento do espaço público e avaliar os serviços prestados, opção esta até o momento não disponível. A fiscalização assegura o exercício do cidadão participativo, porém para obter êxito nesta atividade é fundamental a adesão dos municípios. É importante ressaltar que a plataforma está disponível para Web, Android e iOS.

Em contato realizado com a equipe do Colab.re, Pedro Taraboulous explica que a prefeitura acompanha as postagens dos usuários através de um software chamado Monitor. À partir disto um responsável direciona a denúncia para uma área específica onde o problema pode ser resolvido e responde o cidadão com um número de protocolo. Caso o problema não seja específico de um determinado departamento o caso é reenviado. Depois de solucionado o cidadão é informado.

Em relação à contribuição do Colab.re para promoção da inclusão social e cidadania participativa, Pedro acrescenta que: "A colaboração democrática online não é uma revolução. É uma evolução. O que muda com a adoção do Colab para os cidadãos é o jeito com que se vê a cidade e seus problemas".

Prefeituras como Curitiba (PR), Foz do Iguaçu (PR), Teresina (PI) e Santos (SP) já aderiram à plataforma. Com embasamento nas pesquisas realizadas no decorrer do semestre nota-se necessário à participação efetiva de outras cidades e estados. É preciso assumir, de fato, um compromisso com as mídias digitais e outras tecnologias, percebendo e acreditando na capacidade destas em auxiliar na gestão do poder público e assegurar aos indivíduos participação no poder de forma democrática.

Panela de Pressão – Perspectiva Estadual

A plataforma é um canal de reivindicações que tem por objetivo pressionar diretamente as autoridades. Usuários podem propor mobilizações e escolher uma das quatro formas de pressão: Email, Facebook, Twitter e Telefone.

Em contato realizado com os desenvolvedores, Tiago diz que o retorno dos órgãos públicos, de maneira geral, só acontecem quando há uma demanda favorável à manifestação, sendo necessário o apoio de outras ações mais institucionalizadas. Das 35 mobilizações espontâneas, ou seja, aquelas que não foram colocadas na rede pela equipe, três foram vitoriosas. Atualmente a plataforma atende ao estado de São Paulo (Minha Sampa) e Rio de Janeiro (Meu

Rio), sendo administrada pela rede “*Nossas Cidades*”⁴. Em relação aos ideais do projeto, Tiago complementa que o método é criar narrativas que reforcem a importância da ação individual no processo de mobilização, envolvendo necessariamente uma soma de ações.

7. Conclusões

Com embasamento nas pesquisas realizadas no decorrer do projeto nota-se necessário a participação efetiva dos órgãos governamentais. É preciso assumir, de fato, um compromisso com as mídias digitais e outras tecnologias, percebendo e acreditando na capacidade destas em auxiliar na gestão do poder público e assegurar aos indivíduos participação de forma democrática.

É possível observar que para aprimorar os aplicativos e as plataformas é necessário o apoio civil, ou seja, mais do que o incentivo financeiro de pesquisas e desenvolvimento de ideias, é preciso que o cidadão, por si próprio, entenda o potencial das ferramentas e as utilize ao seu favor. Desta forma, o próprio pode colaborar para tornar a ferramenta mais produtiva.

As dificuldades e os problemas que foram encontrados durante o período de teste, e que foram relatados acima, poderiam ser solucionados com mais eficiência à medida que a demanda dos próprios usuários fizessem cobranças por reparos. Como conclusão final percebe-se que para existir cidadania participativa e inclusão social através das mídias digitais é preciso que três grandes esferas tenham objetivo, diálogo e confiança no potencial que as propostas tecnológicas têm dentro da esfera social, são elas: poder público, desenvolvedores e usuários.

4. Referências

BOZI, Alba. **A comunicação como direito fundamental**. In: Revista Comunicações, v.1, 2006.

CHAUÍ, Marilena. **Cidadania Cultural**. O Direito à Cultura. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multi-territorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

LE MOS, André. **Mídia Locativa e Territórios Informacionais**. São Paulo, 2007.

4. Rede que reúne nove gêneros de plataformas que visam promover o exercício da cidadania. Iniciação - Revista de Iniciação Científica, Tecnológica e Artística - Vol. 6 nº 2 - novembro de 2016
Edição Temática em Comunicação, Arquitetura e Design

LÉVY, P. **A inteligência coletiva**: por uma antropologia do ciberespaço. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2003.

LÉVY, P. Abrir o espaço semântico em prol da inteligência coletiva. **Revista Eletrônica de Comunicação Informação & Inovação em Saúde**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 129-140, jan./jun. 2007. Disponível em: <<http://www.reciis.cict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/43/37/>>. Acesso em: 11 out. 2012.

MAFFESOLI, Michel. **A Transfiguração do Político**. Porto Alegre, 1992.

MARSHALL, T.H. **Cidadania, Classe Social e Status**. Rio de Janeiro, 1967.

VAZ, José Carlos. "Uso da Internet pelos Governos e Promoção da Cidadania". In: **Revista UNICSUL**, vol. 10, 2003.

VIRILIO, Paul. **O espaço crítico**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.